

## MODELO DE PARECER MINISTERIAL

### DOCUMENTO CONFIDENCIAL

(Lei 9.807/99)

Ofício n \_\_\_\_\_

Local, data.

À Ilma Sra.

Presidente do Conselho Deliberativo PROVITA – PARAÍBA  
**provitapb@sedh.gov.pb.br**

**Assunto:** Parecer prévio à inclusão no Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas da Paraíba

Senhor/a Presidente,

Atendendo a solicitação contida no Ofício \_\_\_\_/CONDEL/PB passamos a proferir parecer, com fundamento no art. 3 da Lei 9.807/99, a fim de embasar a decisão do CONDEL/PB e estratégias protetivas da Equipe Técnica do Provita/PB, na forma do art. 6 da referida Lei, acerca do ingresso da/o Sr/a \_\_\_\_\_ e seus familiares no Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas da Paraíba.

#### 1. Da síntese dos fatos

A/o Sr/a \_\_\_\_\_ figura como testemunha/vítima/ré/réu colaborador/a nos autos de Inquérito Policial/Ação Penal n. \_\_\_\_\_ que investiga a suposta prática do crime de \_\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_, ocorrida em \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_.

A figuração da/o Sr/a \_\_\_\_\_ como testemunha/vítima/ré/réu colaborador/a decorre do fato de esta/e ter sido \_\_\_\_\_ e, por isso conseguir obter relevantes informações sobre a prática criminosa.

Após colaborar com a justiça relatando os fatos criminosos de que tem conhecimento, a/o Sr/a \_\_\_\_\_ foi ameaçada/o, motivo pelo qual foi solicitada sua inclusão e de seus familiares no Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas da Paraíba.

#### 2. Da importância da/o testemunha/vítima/ré/réu colaborador/a na produção de prova

O/A Sr/ \_\_\_\_\_ figura como testemunha/vítima/ré/réu colaborador/a nos autos de Inquérito Policial/Ação Penal n. \_\_\_\_\_ tendo, em sede de declarações, prestado informações de relevante valor probatório e

revelando-se como testemunha fundamental para a elucidação do crime/autoria/articulação criminosa de \_\_\_\_\_, sendo possível através de seu depoimento a provável comprovação da autoria e materialidade crime/ desarticulação da ORCRIM/ deflagração de operação policial/ comprovação do envolvimento de agentes da Segurança Pública no esquema criminoso.

Isso porque, (apresentar a relação da pessoa com o fato criminoso) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Dessa maneira, resta demonstrada a importância da proteção da/o Sr/a \_\_\_\_\_ para a produção da prova inquisitorial/judicial.

### **3. Da gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica da pessoa Interessada na proteção**

Devido à qualidade da colaboração prestada a ORCRIM/pessoas investigada ameaçou a/o Sr/a. \_\_\_\_\_ com intuito de silenciá-lo/a, seja por pressão psicológica ou pela concretização de sua execução.

A referida ameaça consistiu em \_\_\_\_\_

através de \_\_\_\_\_

proferida por \_\_\_\_\_.

A possibilidade de concretização das ameaças é real pois o autor/ORCRIM possui \_\_\_\_\_

(alto grau de periculosidade/ exerce grande influência local/ é agente da Segurança Pública/ é agente político/ conta com a colaboração criminosa de agentes do Estado/ responde à processos da mesma natureza/ é conhecido pela execução de seus desafetos), o que pode ser comprovado através de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

Ademais a ORCRIM/pessoa investigada atua na prática de crimes de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ na região de \_\_\_\_\_, tendo, portanto, alcance \_\_\_\_\_ (local, municipal, estadual, regional), e possui relação com a facção/ORCRIM \_\_\_\_\_, com atuação em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

Dessa maneira, sobre a ORCRIM/ameaçador visualiza-se que:

a. Possui poder ofensivo \_\_\_\_\_ (alto/altíssimo), devido a \_\_\_\_\_;

b. Possui poder político \_\_\_\_\_ (alto/altíssimo) devido a \_\_\_\_\_;

c. Possui poder econômico e social \_\_\_\_\_ (alto/altíssimo) devido a \_\_\_\_\_ e;

\_\_\_\_\_.

d. (Não)/Está atualmente em cumprimento de pena/ em pleno gozo de sua liberdade.

Revelando, dessa maneira, a alta gravidade da coação/ameaça à integridade física ou psicológica da pessoa Interessada na proteção.

#### **4. Dificuldade/impossibilidade dos órgãos de Segurança Pública convencionais em prevenir ou reprimir tal ameaça ou violência**

Tendo em vista o exposto acima sobre o alto grau de periculosidade do ameaçador, o nível da ameaça/coação proferida e que as polícias civil, militar e federal não dispõem de efetivo para a escolta e/ou proteção da/o Sr/a \_\_\_\_\_, bem como que a pessoa investigada/ORCRIM faz parte/tem dentre seus integrantes agentes da Segurança Pública, não foi visualizada por esta Promotoria outra forma de proteção que não a inclusão no Provita/PB.

#### **5. Parecer sobre a inclusão**

Por tais fundamentos, este Órgão do Ministério Público entende haver necessidade de proteção à pessoa de \_\_\_\_\_ e seus familiares, conforme autorizativo legal expresso no Art. 2º, parágrafo 1º da Lei 9.807/99, havendo, pois, nexos de causalidade entre as ameaças sofridas e os atos colaborativos aqui expostos, motivo pelo qual nos manifestamos **(DES)FAVORAVELMENTE À INCLUSÃO DA/O SR/A \_\_\_\_\_** no Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas da Paraíba.

Seguem anexos os documentos que fundamentam este parecer.

Local, data.

---

**Promotor/a de Justiça**

#### **Anexos:**

1. Documentos pessoais do/a interessado/a na proteção.
2. Termo de declarações da/o Interessada/o sobre os fatos, em procedimento investigatório ou processual instaurado pelo Ministério Público ou cópia da portaria inaugural de inquérito policial, auto de prisão em flagrante e/ou cópia da denúncia.
3. Documentos ou informações que comprovem a situação penal da/o Interessada/o.